



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS
PRÓ-OUTEIRO

Relatório de
Atividades e Contas
2024

28/03/2025

Conteúdo

1. Enquadramento	3
2. Apresentação da Instituição	4
3. Cenário Macroeconómico.....	9
4. Relatório das Atividades Realizadas.....	12
Serviço de Apoio Domiciliário.....	12
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	14
Centro de Dia	16
CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.....	18
Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais.....	19
Serviço de Alimentação	21
Recursos Humanos	21
Obrigações Fiscais	23
5. Anexo às Contas	24
5.1 Identificação da Entidade	24
5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	24
5.3 Principais Políticas Contabilísticas.....	25
5.3.1 Bases de Apresentação	25
5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	37
5.5 Ativos fixos tangíveis	38
5.6 Ativos intangíveis.....	39
5.7 Custos de empréstimos obtidos	40
5.8 Inventários.....	40
5.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	41
5.10 Rédito	41
5.11 Subsídios e outros apoios das entidade públicas	41



5.12	Instrumentos financeiros	42
5.13	Benefícios dos empregados	42
5.14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	42
5.15	Outras divulgações	42
5.15.1	Investimentos Financeiros.....	43
5.15.2	Clientes e Utentes	43
5.15.3	Outras contas a receber.....	44
5.15.4	Diferimentos.....	44
5.15.5	Outros Ativos Financeiros.....	44
5.15.6	Caixa e Depósitos Bancários	44
5.15.7	Fundos Patrimoniais.....	45
5.15.8	Fornecedores.....	45
5.15.9	Estado e Outros Entes Públicos	45
5.15.10	Outras Contas a Pagar	45
5.15.11	Outros Passivos Financeiros	46
5.15.12	Subsídios, doações e legados à exploração	46
5.15.13	Fornecimentos e serviços externos.....	46
5.15.14	Outros rendimentos	47
5.15.15	Outros gastos.....	47
5.15.16	Resultados Financeiros.....	47
5.15.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	48
6.	Indicadores Económicos.....	48
6.1	Rácios	48
6.2	Indicadores de Rubricas de maior Impacto.....	49
7.	Demonstrações Financeiras.....	50
8.	Parecer do Conselho Fiscal	53

1. Enquadramento

Caros Sócios, Utentes e Colaboradores da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro,

É a todos vocês, que nos acompanham diariamente, que me dirijo nesta mensagem, porque é graças a vocês que a Associação é hoje uma referência não apenas local, mas também nacional, no apoio à comunidade. A todos, começo por deixar um enorme agradecimento por fazerem parte deste projeto.

Uma palavra também para os grupos ACTIVIDA e ACTIVARTE, que têm representado a AMPO de uma forma exemplar, não apenas no concelho de Oliveira de Azeméis, mas também por outros concelhos da região. O ACTIVIDA, realizou, recentemente, um fabuloso concerto na Igreja do Pinheiro da Bemposta, enquanto o ACTIVARTE tem vindo a levar o teatro de comédia a várias instituições da região. A todos os integrantes destes dois grupos, o meu muito obrigado, e os parabéns por todo o trabalho desenvolvido.

Em 2024, continuámos o nosso percurso de crescimento, sempre com o foco na qualidade dos nossos serviços e no bem-estar de todos aqueles que deles usufruem. De facto, a nossa principal missão é assegurar que as 25 pessoas estão, atualmente, na nossa ERPI, as 25 pessoas que frequentam o nosso Centro de Dia, e as 90 pessoas que recebem, diariamente, os cuidados necessários através do nosso Serviço de Apoio Domiciliário, têm a qualidade de vida necessária a um envelhecimento digno, fazendo face às suas necessidades individuais. E é para isso que toda a nossa equipa, incluindo a Direção, os Colaboradores e os Voluntários que nos apoiam, trabalham diariamente, com dedicação, empenho e ambição.

A nossa AMPO tem tido, nos últimos anos, uma evolução notável. Mas não vamos parar por aqui. Queremos continuar a melhorar continuamente a nossa oferta de serviços, a aumentar a nossa abrangência e a chegar a cada vez mais pessoas. Por isso, continuaremos a precisar de cada um de vós, sócios, colaboradores, voluntários e amigos da Associação. Só convosco será possível continuar a traçar o nosso caminho. Muito obrigado a todos.

O Presidente

Diamantino Nunes

connosco colaboram.

Confiança: Criar um ambiente de confiança mútua, entre nós e os que nos apoiam, inspirando-nos na generosidade, partilha e respeito pelas especificidades de cada um.

Responsabilidade: A nossa maior responsabilidade é concorrer para o bem-estar de cada um tendo em conta os direitos de todos os que connosco privam.

Desta forma, a AMPO pretende ser reconhecida como uma instituição de referência no apoio à pessoa idosa, baseando a sua intervenção na melhoria contínua das suas práticas e na elevação da qualidade dos serviços prestados. Assim, a Política da Qualidade da AMPO baseia-se nos seguintes princípios:

- Reconhecer e valorizar o empenho e dedicação dos colaboradores promovendo o trabalho de equipa;
- Fomentar a satisfação plena dos utentes e seus familiares;
- Promover uma vida pessoal e social saudável aos utentes;
- Manter os utentes integrados na sociedade criando parcerias com o exterior;
- Promover a humanidade e solidariedade social;
- Ser um agente promotor e dinâmico no desenvolvimento da comunidade.

Os objetivos desta política são planeados anualmente e os processos de gestão do sistema incluem o acompanhamento e monitorização por parte da Direção. Este processo de gestão do sistema interage com os processos de suporte que visam a gestão de competências e a avaliação e melhoria das operações e serviços prestados pela AMPO em todos os seus projetos: Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.

No início da década de 80, AMPO iniciou a sua atividade com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) onde é oferecido um vasto leque de serviços no domicílio dos idosos que passa pelo fornecimento de refeições, cuidados de higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, atividades de animação e socialização, serviços de teleassistência, apoio psicossocial, entre outros.



Em 2016 a AMPO alargou o seu âmbito de atuação no serviço de apoio ao idoso e seus familiares ao dar início nas suas instalações do funcionamento de um Centro de Dia, que acolhe os idosos entre as 9 horas e as 18 horas e onde presta serviços de alimentação, cuidados de higiene e conforto, atividades socio culturais e recreativas apropriadas ao perfil ocupacional, apoio psicossocial, acompanhamento ao exterior e ocupação de tempos livres e acompanhamento técnico de serviço social, enfermagem, entre outros.

Em 2018 a AMPO complementa o seu âmbito de apoio ao idoso e seus familiares ao abrir uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e ao dar início ao funcionamento dos serviços do Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD).

O ERPI acolhe o idoso em regime de alojamento com planos individuais de cuidados ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, animação e socialização, de forma a promover a sua autonomia e integração social sem descurar a relação intrafamiliar do idoso. O ERPI funciona num complexo residencial, com capacidade para 25 utentes, o qual visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade, mediante a aplicação de planos individuais de cuidados, de forma a promover a autonomia e integração/participação social dos beneficiários. Visa, ainda, contribuir de forma ativa para melhorias na qualidade de vida dos clientes, através da disponibilização de serviços permanentes e de qualidade, e de condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar.

O CEPD oferece um cuidado especializado e interdisciplinar de estimulação para pessoas com demência centrada na pessoa no que diz respeito à sua intervenção diária, tem um funcionamento de segunda a sexta-feira das 8 horas às 18h. As atividades desenvolvidas juntam terapias não farmacológicas, num mesmo espaço com equipamentos e instrumentos de trabalho ajustados à pessoa com demência por forma a fazer uma estimulação específica, nomeadamente, relacionadas com perturbações da fala, incapacidade de reconhecer ou identificar objetos, capacidade de executar atividades motoras prejudicada apesar do funcionamento motor intacto e executivo, diminuição das competências sociais, entre outros.



A Direção da AMPO continua a acreditar que ainda se pode chegar mais longe e mostra-se fortemente empenhada em desenvolver modelos de gestão inovadores mais eficientes que permitam um crescimento sustentado da instituição. Esta ambição alicerçar-se-á no equilíbrio financeiro das atividades de forma a alcançar os objetivos e desenvolver as atividades estatutárias, de forma sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais.





Constituição dos Órgãos Sociais

Mandato de 23 de Fevereiro 2023 a 31 de Dezembro de 2026.

Assembleia Geral:

Presidente: António Eduardo Rebelo Santos Valente, sócio n.º 1279

1.º Secretário: António Da Silva Xará, sócio n.º 947

2.º Secretário: Luís Manuel Peixoto de Sousa Teixeira, sócio n.º 1738

Direção:

Presidente: Diamantino José Silva Nunes, sócio n.º 1270

Vice-Presidente: José Manuel Esteves da Silva Pinto, sócio n.º 1236

Secretário: José Júlio Pereira Nascimento, sócio n.º 1471

Tesoureiro: Manuel Brandão dos Santos, sócio n.º 1166

1.º Vogal: Pedro Renato da Silva Santos, sócio n.º 1284

2.º Vogal: Maria Deolinda Soares Silva Correia, sócio n.º 1103

3.º Vogal: Sílvio dos Santos Correia, sócio n.º 1105

1.º Suplente: Clarice da Conceição Lemos Carvalho Brandão Santos, sócio n.º 1175

2.º Suplente: José Maria Tavares da Silva, sócio n.º 1341

Conselho Fiscal:

Presidente: João Carlos Mesquita, sócio n.º 885

1.º Vogal: Maria La- Saete Soares Silva Vieira, sócio n.º 630

2.º Vogal: Paulo Vieira dos Santos Pinto, sócio n.º 22

1.º Suplente: Jaime Manuel da Silva Marques, sócio n.º 1278

2.º Suplente: Carlos dos Santos Mesquita, sócio n.º 1027

3.º Suplente: Maria Aurelina Gonçalves Silva Nunes, sócio n.º 1279

3. Cenário Macroeconómico

2022, um ano ainda marcado pela pandemia de covid-19, permitiu, ainda assim, o regresso à tão ansiada normalidade, voltando-se a organizar alguns eventos e encontros, afastando as pessoas do isolamento.

As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam previsões de crescimento para a economia portuguesa em 2023 – o PIB deverá crescer 1,5%, com uma inflação de 5,8%.

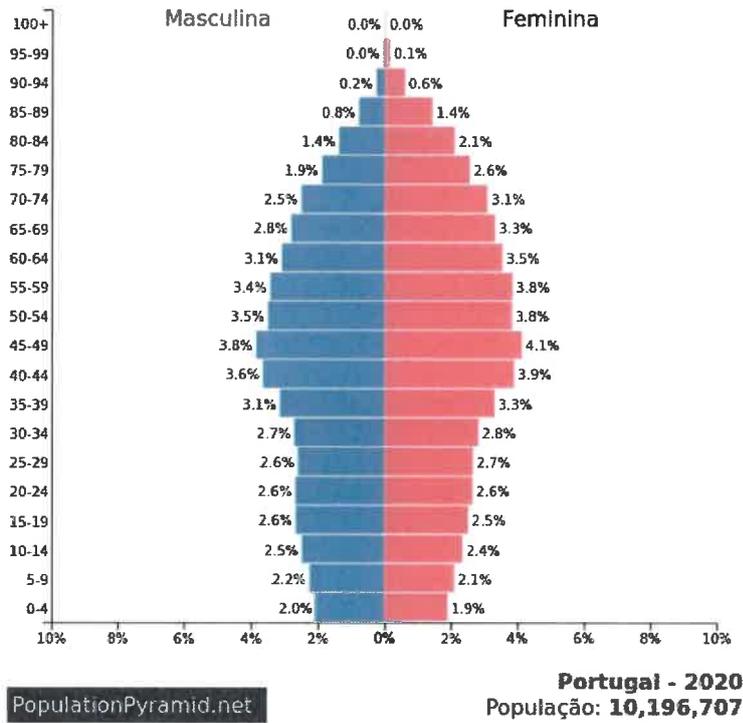
Os anos de 2020 e 2021 ficaram sem dúvida para sempre marcado, pela pandemia que assolou o Mundo e o País, mas 2022 ficou marcado com a guerra na Ucrânia. Se nos anos de 2020 e 2021, as populações ressentiram que o flagelo da COVID, como um encarceramento, 2022, pauta-se pelo sentimento de insegurança, motivado pelo receio de quebras no fornecimento de energia e de bens alimentares, levando a um acréscimo de preços globais.

Numa avaliação global as IPSS, representam uma resposta presente e futura em apoio ao acompanhamento familiar, criação de postos de trabalho e (re)integração no mercado laboral. "O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (...) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção do emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos" (Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006:7).

As IPSS, tem a sua importância nos cuidados às pessoas com dependência, atendendo aos dados disponibilizados pela PORDATA, em 2019, cerca de 22% da população residente em Portugal situa-se na faixa etária compreendida entre os 65 ou mais anos de idade.

Em Portugal, em 2019, 25% da população idosa é composta por idosos que vivem sozinhos. Cerca de 33% das mulheres idosas e 13% dos homens idosos vivem nessa condição.

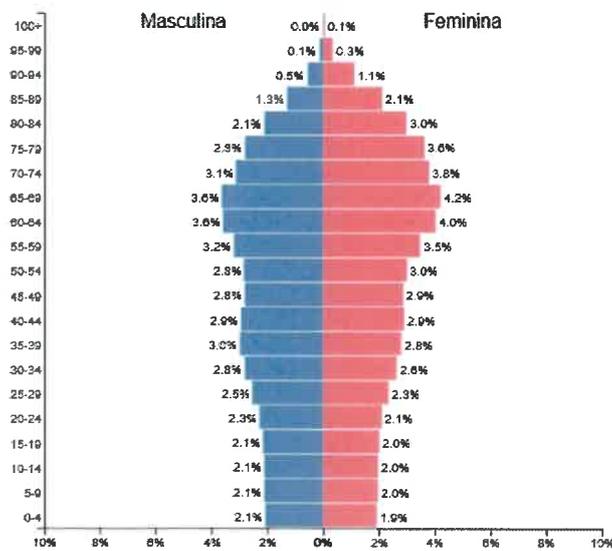
Uma publicação da entidade consultada (PORDATA) aponta para que em 2050 os idosos, em Portugal, sejam cerca de 3,4 milhões. A população idosa em 2050, como se pode verificar pelos dados da pirâmide etária à data de 2020 e facultada no site PopulationPyramid.net, é a que tem idade actual entre os 39 e 54 anos e que representa a maior percentagem.



Analisando os dados da população em Portugal, verificamos um constante crescimento da população envelhecida e um decréscimo espectável da população.

Portugal ▼
2040

População: 9,558,275



No concelho de Oliveira de Azeméis, com uma população residente de cerca de 66.062 pessoas, a população residente em idade ativa (pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade) era de cerca de 67%, enquanto os idosos representam 21,7% da população. O índice de envelhecimento era, em 2019, de 191 idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) por cada 100 jovens e pessoas em idade ativa. Este índice tem vindo a aumentar e, no caso do concelho em análise, apresenta uma média superior à nacional cujo valor se situa em 161 pessoas idosas por cada grupo de 100 jovens e pessoas em idade ativa.

Idade	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85 ou mais
2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
66 011	2 293	2 428	2 724	3 293	3 616	3 609	3 666	4 035	4 756	5 220	5 410	5 482	4 995	4 155	3 614	2 794	2 183	1 738

Como se pode verificar através da análise aos dados relativos à distribuição da população residente, por estratos etários, no que diz respeito ao concelho de Oliveira de Azeméis, nos próximos quatro anos e seguintes, a população idosa tende a aumentar consideravelmente.

É, por isso, expectável que as respostas sociais venham a assumir um papel cada vez mais relevante e, absolutamente, necessário para garantir o apoio necessário aos idosos cada vez mais dependentes.

É neste contexto que a Pró-Outeiro se move, certos de que o seu compromisso vai ao encontro dos desafios que a evolução da estrutura demográfica nos reserva para o futuro.



4. Relatório das Atividades Realizadas

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no próprio domicílio, sempre que idosos, adultos ou famílias, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou da vida diária.

A AMPO presta o serviço de apoio domiciliário a 90 utentes com uma média de idades de 85 anos (mínimo 49 anos – máximo 98 anos), distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O nosso objetivo é promover o conforto e qualidade de vida de cada utente e evitar institucionalizações desnecessárias. Priorizamos a permanência de cada idoso no seu domicílio, possibilitando a harmonia entre hábitos e os costumes que traduzem a sua história de vida.



Os serviços mais representativos referem-se aos cuidados de higiene e distribuição de refeições prestados por cinco equipas de apoio domiciliário que inclui:

- Cuidados de higiene;
- Cuidados de imagem;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;
- Transporte de refeições;





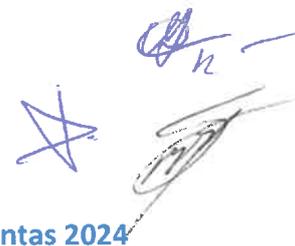
Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

- Atividades de animação;
- Acompanhamento a consultas;



O gráfico abaixo mostra a distribuição mensal dos utentes do Serviço de Apoio ao Domicílio, no ano de 2024, de onde se salienta a ausência de frequência nos meses de Novembro e Dezembro, sendo já uma constante devido às gripes e doenças provocadas pela época sazonal.





ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social desenvolvida em estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com funcionamento diário permanente de 24h, que desde a sua abertura, tem tido uma procura constante e com a taxa de ocupação contante.

A ERPI oferece aos seus utentes uma variedade de serviços ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, atividades de animação e socialização, de forma a promover autonomia e integração social da pessoa idosa sem descurar a relação intrafamiliar.

Diariamente o funcionamento da ERPI visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade.

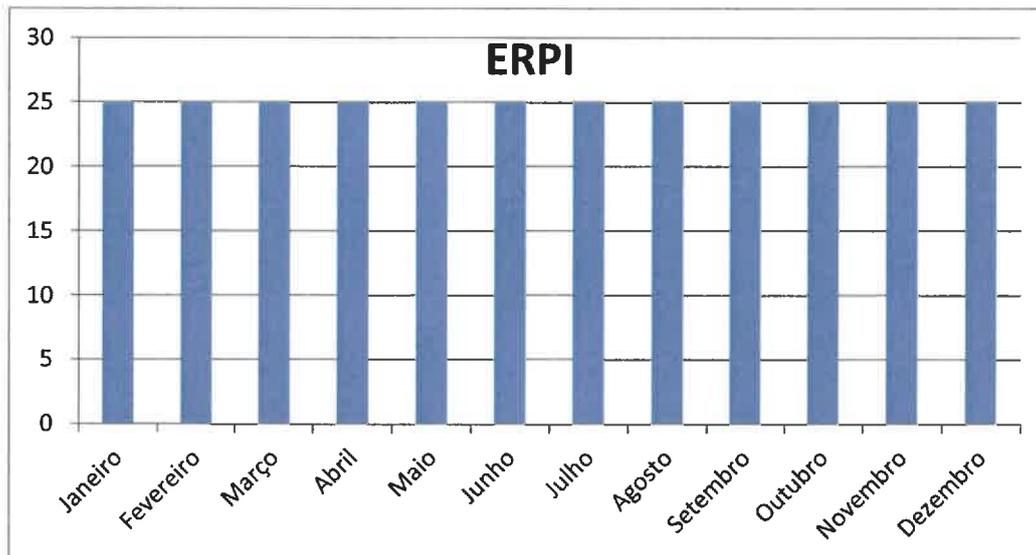




[Handwritten signatures and marks in blue ink]



Durante o ano de 2024, a sua capacidade esteve preenchida. De um total de 25 utentes, 20 utentes são abrangidos pelo acordo de cooperação, nos quais se incluem 4 vagas sociais, geridas pelo Instituto de Segurança Social. A AMPO presta serviço de ERPI a 25 utentes com idades compreendidas entre os 61 e 98 anos.



Ao longo de 2024, o número de utentes em ERPI foi constante, estando a capacidade máxima preenchida todos os meses, conforme registado no gráfico abaixo e existindo uma enorme lista de espera. É notório que cada vez mais existe uma maior procura por esta resposta.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços em horário diurno de segunda a sexta-feira (08:00h às 20:00h) e que contribui para a permanência dos idosos no seu seio familiar.

O Centro de Dia tem capacidade para 25 utentes e atualmente tem a sua capacidade máxima atingida, com idades compreendidas entre os 61 e os 96 anos, distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis.



O Centro de Dia da AMPO, para além dos serviços standard prestados por esta resposta social, adotou um conjunto de atividades adaptadas a este grupo, que visam promover a sua saúde, sociabilidade, autonomia, cultura, memória, linguagem e até mesmo o exercício físico regular.

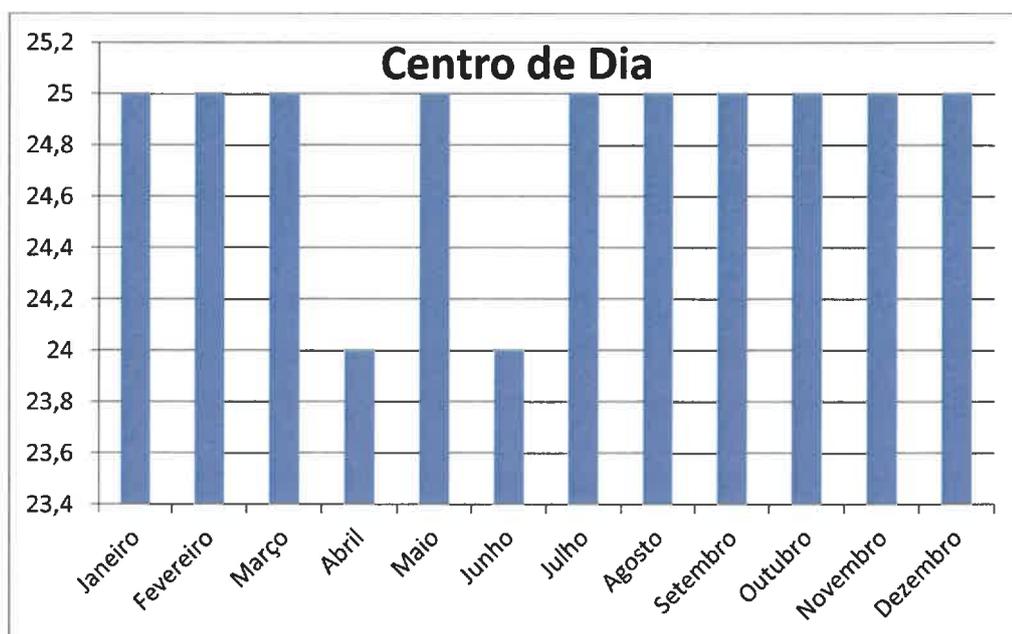
Diariamente é oferecido um conjunto de atividades artísticas não profissionais, lúdicas, sociais de difusão (viabilizando o acesso a determinados bens culturais) e formação (para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do uso crítico e ilustrado da razão). Estas atividades são planeadas por técnicos com base nas estratégias de promoção do envelhecimento ativo preconizado, bem como nos diversos gostos e interesses de cada utente.





O ano de 2024 foi um ano que se iniciou com a capacidade máxima e manteve o mesmo padrão na maioria dos meses, atualmente encontra-se com apenas 1 vaga disponível, mas rapidamente será preenchida, uma vez que já existe lista de espera para a resposta social.

O gráfico abaixo mostra a distribuição mensal dos utentes do Centro de Dia, no ano de 2024.



Desta forma, o Centro de Dia no momento é uma resposta social da AMPO com uma elevada procura, dado que vai ao encontro das expectativas e necessidades das pessoas, confirmando o valor público da abordagem ao problema do apoio social da instituição.



CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência

O Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD) é um projeto da Associação de Melhoramentos Pró Outeiro (AMPO) cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE, desde outubro de 2017 até 2020. Este projeto surgiu a partir da constatação de uma necessidade existente a nível nacional, uma vez que as respostas sociais atualmente existentes em Portugal para a população idosa – a Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa (ERPI), o Centro de Dia (CD) e o Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), não correspondem satisfatoriamente às necessidades e especificidades que o défice cognitivo e a demência impõem.

Desta forma, o CEPD tem como principal objetivo disponibilizar uma resposta ao nível dos cuidados especializados para as pessoas com declínio cognitivo e patologia demencial, bem como apoio e formação aos seus respetivos cuidadores (in)formais.

O CEPD iniciou o seu funcionamento integrado no edificado das valências de Centro de Dia e ERPI da AMPO, passando a funcionar integralmente em instalações próprias a partir de Agosto do ano de 2019. Estas instalações têm uma capacidade máxima para 40 pessoas com demência, sendo que os beneficiários abrangidos por este projeto incluem também os seus cuidadores informais e potenciais instituições cuidadoras, uma vez que o objetivo é o de promoção de uma rede de apoio longitudinal e contínua.

Tendo em conta o plano de contingência delineado pela DGS para fazer frente ao vírus da COVID -19, a AMPO foi forçada a encerrar esta valência no decorrer do mês de Março do ano de 2020, no entanto já recomeçou o seu funcionamento, mas não ainda na sua totalidade.

A AMPO está ciente de que se trata de um serviço necessário à nossa sociedade local, mas igualmente consciente os utentes que frequentam esta valência requerem cuidados especiais, por isso, aguarda por atualização do plano de

contingência para voltar a receber os seus utentes em condições de segurança, higiene e bem-estar.

Atividades Socioculturais, Psicomotoras e Ocupacionais

Como sabemos, ao envelhecimento está frequentemente associado uma diminuição progressiva das capacidades psicomotoras, tais como perdas significativas no equilíbrio, na coordenação motora, agilidade, destreza e, na maioria dos casos, nos processos cognitivos. Também, e de grande importância, está a interação social que, nesta fase, sofre uma queda abrupta, podendo traduzir-se mesmo no isolamento social ou, em casos mais extremos, levar à solidão.

Assim, é imprescindível que exista diariamente estimulação ao nível destes fatores, de forma a retardar e prevenir algumas destas perdas.

Posto isto, na AMPO trabalhamos todos os dias no sentido de promover o melhor cuidado e qualidade de vida a todos os nossos utentes. Assim, realizamos, diariamente, duas atividades de cariz psicomotor, ocupacional e/ou sociocultural por valência. São realizadas tanto na ERPI, como no Centro de Dia, uma atividade da parte da manhã (10h30-12h00), e uma à tarde (14h30-16h00). Para além disso, ainda se realizam atividades de cariz religioso como a Oração do Terço (televisão ou vinda dos Vicentinos de Santiago de Riba-Ul), Celebração da Eucaristia (pelo Sr. Padre Ricardo, com periodicidade bimensal), e a ida à Capela do Outeiro (que acontece semanalmente para os utentes do Centro de Dia, e aos Domingos para os utentes da ERPI). Também são realizadas, semanalmente, 2 visitas ao exterior, uma com utentes da ERPI e outra com utentes do Centro de Dia, a locais do interesse deles ou, a locais definidos pelos organizadores das atividades interinstitucionais (que ocorrem mensalmente). Todos os anos também é realizado um Passeio Anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima.

Posto isto, de forma a contabilizar o número total de atividades realizadas no ano de 2024 nas duas valências supra mencionadas, estes foram os valores obtidos:



Handwritten signatures and a star symbol in the top right corner.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI):

- 452 atividades de cariz psicomotor (duas vezes por dia);
- 48 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 278 atividades realizadas pelas colaboradoras, ou pela Diretora Técnica da valência (fins-de-semana, feriados e férias da técnica responsável pelas atividades do setor).

Centro de Dia (CD):

- 452 atividades de cariz ocupacional;
- 49 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 50 atividades (férias da técnica responsável pelas atividades do setor).



Serviço de Alimentação

À semelhança dos últimos anos a AMPO tem a tarefa de garantir o fornecimento alimentar às suas valências internas e externas (SAD, CD, ERPI, Escolas). E de forma a garantir um serviço de qualidade, direcionado para os nossos clientes foram realizadas ações contínuas de monitorização e melhoria do serviço, através de visitas periódicas realizadas aos utentes.

No ano de 2024, serviu em média mensalmente, 2790 refeições em internamente, 2170 refeições do Serviço de Apoio ao domicílio e 4419 refeições a escolas do Município de Oliveira de Azeméis.

A acrescentar a estes valores, de Abril a Agosto a AMPO foi solicitada para a realização de diversos serviços externos, sejam no âmbito particular como no âmbito municipal (Férias Desportivas, Hóquei, Fábrica das Artes) o que nestes 5 meses aumentou 1500 refeições servidas (sendo o mês de Julho o que tem maior concentração de serviços).

A ambição da AMPO sempre foi rentabilizar o potencial deste sector, aceitando desafios de serviços não só de cariz municipal, mas também de cariz de organizações particulares. Um serviço que preza pela qualidade e que tenta ir ao encontro das necessidades dos que nos procuram.

Recursos Humanos

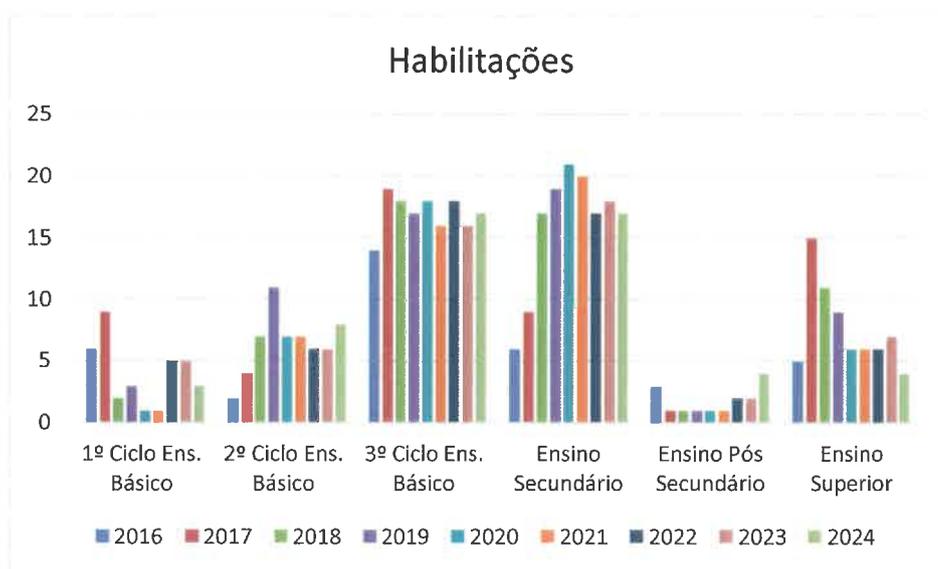
A Secção de Recursos Humanos desenvolve atividades diversificadas, requerendo dos elementos que a integram uma grande organização e planeamento, para que a gestão do pessoal seja um fator de estabilidade dentro da organização.

No final de 2024, o número de colaboradores da AMPO era de 52. A AMPO detém a seguinte composição dos recursos humanos no término do ano de 2024.

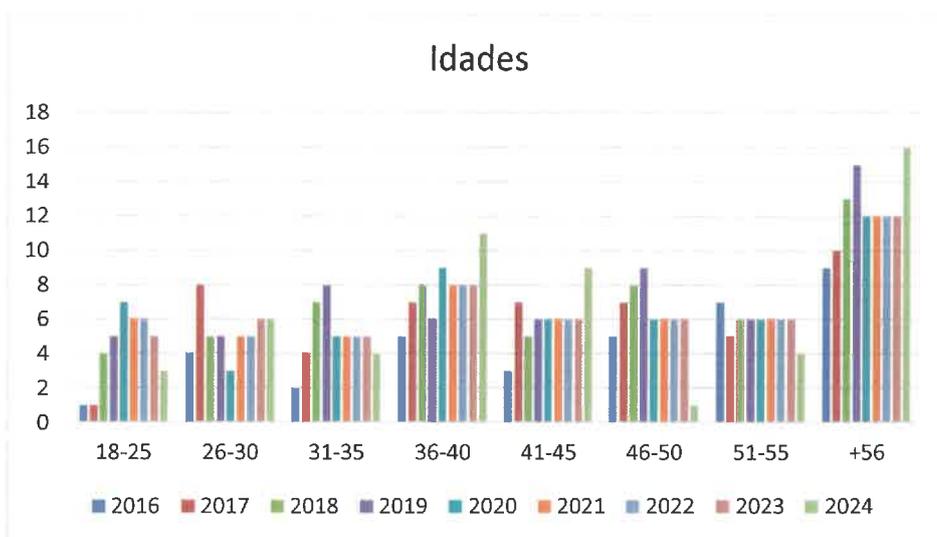
Trabalhamos no sentido de estabilizar os colaboradores, proporcionando engajamento com associação, evitando rotatividade e permitindo estabilidade nas funções e conhecimento.



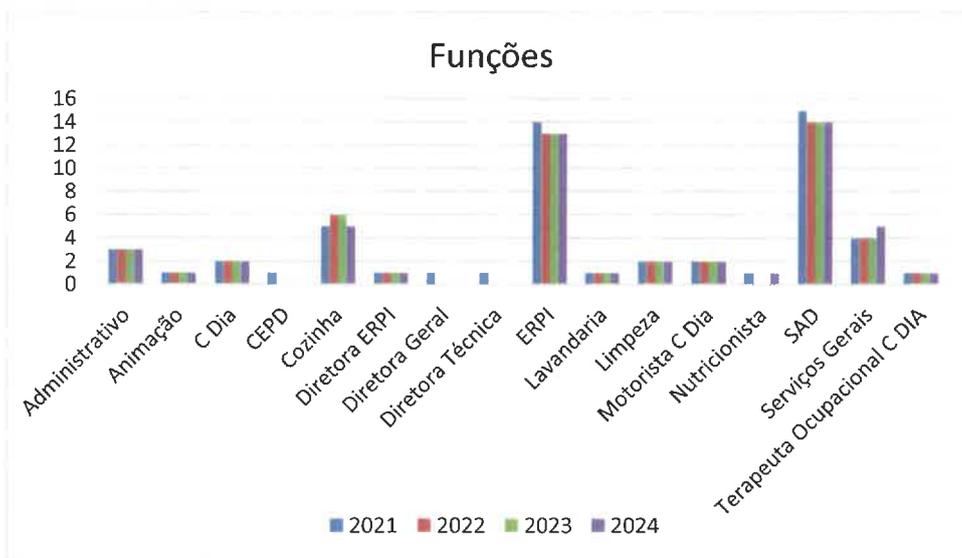

Em termos de habilitações, manteve-se a tendência do ano anterior, com maior número de colaboradores com habilitações ao nível do 3.º ciclo e ensino secundário.



Relativamente à média etária do total de colaboradores, verifica-se a manutenção de colaborador de média idade, principalmente com idade entre 36-40 anos, bem como os colaboradores com mais de 56 ano.



De acordo com as áreas profissionais, tem se mantido a necessidade do recurso á mão-de-obra fornecida por colaboradores com a categoria de ajudantes de ação direta e de trabalhadores de serviços gerais. Salienta-se o facto, de serem afetos de forma directa aos dois grandes sectores, SAD e ERPI.



Obrigações Fiscais

Durante o ano de 2024 foi cumprido o calendário das obrigações legais da AMPO perante as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Tributária, Segurança Social e Autoridade para as Condições de Trabalho.

5. Anexo às Contas

5.1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 282, Série III, de 09/12/1986, com sede na Rua Pedro Maria da Fonseca, 144.

5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

5.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

5.3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

5.3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

5.3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

5.3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

5.3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

5.3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

5.3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

5.3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



5.3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

5.3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

5.3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

5.3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

5.3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

5.3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

5.3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	1
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

5.3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50 ou 20
Equipamento básico	5 ou 8
Equipamento de transporte	5 ou 8
Equipamento administrativo	3 e 4
Outros Activos fixos tangíveis	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

5.3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

5.3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

5.3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

5.3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



5.3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

5.3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

5.3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

5.3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Loações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

5.3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

5.5 Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativo Bruto					
	Saldo 01/01/2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	172921,70				172921,70
Edifícios e outras construções	2346304,81	21787,63			2368092,44
Equipamento Básico	148534,23	15644,12			164178,35
Equipamento de Transporte	227305,08	4556,02			231861,10
Equipamento administrativo	71907,57				71907,57
Equipamentos biológicos					0,00
Ativos fixos tangíveis em curso					0,00
Outros activos fixos tangíveis	3882,78				3882,78
	2970856,17	41987,77			3012843,94

Depreciações Acumuladas					
	Saldo 01/01/2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	0	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	499008,4	68595,47			567603,87
Equipamento Básico	107725,73	7521,89			115247,62
Equipamento de Transporte	147209,75	13547,83			160757,58
Equipamento administrativo	61097,33	2499,20			63596,53
Equipamentos biológicos	0	0,00			0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	3882,78	0,00			3882,78
	818923,99	92164,39			911088,38



Gastos com Depreciações

	2023	2024
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	0	0,00
Edifícios e outras construções	66850,87	68595,47
Equipamento Básico	9820,85	7521,89
Equipamento de Transporte	12408,81	13547,83
Equipamento administrativo	2499,2	2499,20
Equipamentos biológicos		0,00
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00
Outros activos fixos tangíveis		0,00
	91579,73	92164,39

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2023 e 2024, foram os seguintes:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.6 Ativos intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações. Não aplicável.

5.7 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

	2023	2024
Não corrente		
Empréstimos Bancários	750659,30	670162,15
	750659,30	670162,15
Correntes		
Outros Empréstimos	60300,00	50300,00
	810959,30	720462,15

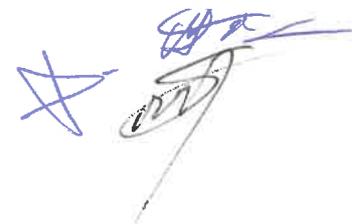
Gastos e Perdas Financeiras

	2023	2024
Juros	26077,56	37461,2
Outros Gastos e Perdas Financeiras	2247,91	57,49
	28325,47	37518,69

5.8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários							
	Inventário 01/01/2023	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2024
Matérias-primas e consumíveis	31428,45	481221,63		22596,68	435514,48		12224,34
Mercadorias	2365,59	2044,44		4240,11			
	33794,04	483266,07		26836,79	435514,48		12224,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				490223,32			450126,93



5.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2023 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Não aplicável.

5.10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2024
Vendas	1681,70	113,82
Prestações de Serviços		
Quotas de Utilizadores	587464,03	598718,18
Quotas e joias	8789	7686
Refeições Escolares	177110,72	210902,09
ISS, IP	448496,46	457181,62
Juros		
Royalties		
Dividendos		
Total	1223541,90	1274601,71

5.11 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2024
Subsídios do governo		
Outras entidades públicas	28170,80	278379,42
Total	28170,80	278379,42

5.12 Instrumentos financeiros

Em 31/12/2024 e 31/12/2023, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2024				2023			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Não aplicável.

5.13 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "50" e em 31/12/2023 foi de "50".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0
Remunerações ao Pessoal	706432,55	760382,47
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0
Indemnizações	0,00	0
Encargos sobre as Remunerações	123810,79	99392
Seguros de Acidentes de trabalho e D.P.	13107,9	18691,64
Gastos de Ação Social	0,00	0
Outros gastos com o Pessoal	18707,57	5041,51
Total	862058,81	883507,62

5.14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

5.15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



5.15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	11 191,99	11 191,99
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	11 191,99	11 191,99

5.15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	20 337,65	61 310,70
Utentes	28 376,44	28 678,10
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-37 477,74	-51 841,41
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	11 236,35	38 147,39

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2024	2023
Clientes		
Utentes	-1 708,76	-1 708,76
Total	-1 708,76	-1 708,76

5.15.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	47,80	-160,71
Adiantamentos ao pessoal	0,00	800,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 272,51	24 086,84
Outras operações	-96,90	-91,64
Outros Devedores	35 582,74	73 661,93
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	48 806,15	98 296,42

5.15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer	121836,80	127498,15
Total	121836,80	127498,15
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

5.15.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2024	2023
FCT, FCT AMPO	11191,99	11191,99
Total	11191,99	11191,99

5.15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	1238,80	368,49
Depósitos à ordem	80175,85	200 204,22
Depósitos a prazo	120000,00	0,00
Outros		
Total	201414,65	200 572,71



5.15.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43 278,66	0,00	0,00	43 278,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 022 093,36	35092,28	0,00	1 067 176,30
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	454 792,50	0,00	-3 491,38	451 301,12
Total	1 520 164,52	35092,28	-3 491,38	1561756,08

5.15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	37 477,74	51 841,41
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	37 477,74	51 841,41

5.15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 723,14	28 447,68
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5 723,14	28 447,68
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 078,07	6 517,84
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	26 437,86	26 518,62
Outros Impostos e Taxas	3 402,54	3 402,54
Total	38 918,47	36 439,00

5.15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-47,80		160,71
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		96,90		91,64
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		17 708,51		19 823,80
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-35 582,74		-73 661,93
Total	0,00	-17 825,13	0,00	-53 585,78

5.15.11 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Descrição	2024	2023
	0	0
Total	0,00	0,00

Não aplicável.

5.15.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	11 394,35
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	39 201,57	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	39 201,57	11 394,35

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

5.15.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	89 681,97	48 701,36
Materiais	5 596,71	6 087,93
Energia e fluidos	95 327,77	91 173,20
Deslocações, estadas e transportes	2 174,66	1 131,57
Serviços diversos	32 667,03	32 707,90
Total	225 448,14	179 801,96

5.15.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	22 434,74	23 610,19
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,07	1,27
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	286,05
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1 284,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	363 056,37	425 322,57
Total	386 777,18	449 220,08

5.15.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	0,00	194,30
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	39 212,19	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1 018,67	762,01
Total	40 230,86	956,31

5.15.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	37 518,69	26 077,56
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	2 247,91
Total	37 518,69	28 325,47
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	1 950,79	0,00
Total	1 950,79	0,00
Resultados Financeiros	-35 567,90	-28 325,47

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.15.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela direção em 12 de Março de 2025.

6. Indicadores Económicos

6.1 Rácios

Rácios	2023	Δ	2024
Activo Corrente	463 896,57	-4,20%	364895,32
Activo Não Corrente	2 163 124,17	3,26%	2100123,42
Capital Próprio	1 551 906,37	1,23%	1493570,05
Passivo Corrente	324 455,07	-2,59%	312477,93
Passivo Não Corrente	750 659,30	5,28%	670162,15
Passivo Total	1 075 114,37	2,78%	982640,08
Capitais Permanentes	2 302 565,67	2,51%	2163732,80
Resultados antes Impostos	31 741,87	-2918,32%	-26980,43
Resultado Líquido	31 741,87	-2918,32%	-26980,43
Endividamento	40,93%	0,90%	40,56%
Autonomia Financeira	59,07%	-0,62%	59,44%
Liquidez Geral	1,43	110,51%	0,68
Liquidez Reduzida	1,35	-0,40%	1,35
Liquidez Imediata	0,98	-16,46%	1,18
Solvabilidade Total	1,44	-1,51%	1,47

Handwritten signatures and initials in blue ink.

6.2 Indicadores de Rubricas de maior Impacto

Despesa/Proveito - %

	2024	%em2024	2023	%em2023
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	45732,79	20,29%	22976,77	11,13%
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	939,96	0,42%	55,36	0,03%
HONORÁRIOS	1248,45	0,55%	98,4	0,05%
CONSERVAÇÃO e reparação	40339,1	17,89%	18972,05	9,19%
MATERIAIS	5596,71	2,48%	5582,8	2,71%
Eletricidade	45069,97	19,99%	66621,43	32,28%
COMBUSTIVEL	17462,97	7,75%	22258,84	10,78%
AGUA	23719,88	10,52%	16535,49	8,01%
GAS	9074,95	4,03%	18979,28	9,20%
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	22729,04	10,08%	23829,78	11,55%
SERVIÇOS diversos	9977,99	4,43%	10476,86	5,08%
SERVIÇOS BANCARIOS	1381,67	0,61%		
DESLOCAÇÕES ESTADAS	2174,66	0,96%		
FSE	225448,14		206387,06	
GASTOS COM PESSOAL	883507,62	25,52%	861531,3	51,16%
GASTOS COM PESSOAL	883507,62	0,00%	861531,3	51,16%

7. Demonstrações Financeiras

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2024

Contribuinte: 501488294
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2024	31 REG 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 100 123,42	2 151 932,18
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		11 191,99	11 191,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos c ativos não correntes		0,00	0,00
		2 111 315,41	2 163 124,17
Activo corrente			
Inventários		12 224,34	26 836,79
Creditos a receber		49 983,45	89 988,80
Estado e outros entes públicos		5 723,14	28 447,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		3 143,98	3 143,98
Outros ativos correntes		92 405,76	119 914,54
Caixa e depósitos bancários		201 414,65	195 564,78
		364 895,32	463 896,57
Total do ativo		2 476 210,73	2 627 020,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 025 971,30	1 022 093,36
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		451 301,12	454 792,30
		1 520 551,08	1 520 164,32
Resultado líquido do período		-26 980,43	31 214,34
Total dos fundos patrimoniais		1 493 570,65	1 551 378,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		670 162,15	750 659,30
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		670 162,15	750 659,30
Passivo corrente			
Fornecedores		37 477,74	51 841,41
Estado e outros entes públicos		41 555,27	40 355,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		50 300,00	60 300,00
Diferimentos		0,00	3 545,60
Outros passivos correntes		183 144,92	168 940,07
		312 477,93	324 982,58
Total do passivo		982 640,08	1 075 641,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 476 210,73	2 627 020,74

A Direcção

O responsável

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501488294

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1.274.086,66	1.223.541,91
Subsídios, doações e legados à exploração		39.201,57	11.394,35
Subsídios de Entidades Públicas		0,00	11.394,35
ISS, IP - Centros Distritais		0,00	0,00
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	11.394,35
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações, heranças e legados		39.201,57	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		450.126,93	489.679,72
Fornecimentos e serviços externos		225.448,14	179.801,96
Gastos com o pessoal		883.507,62	862.058,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	540,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		386.777,18	449.220,08
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		5.929,98	11.651,68
Outros rendimentos		380.847,20	437.568,40
Outros gastos		40.230,86	956,31
Correções relativas a anos anteriores		357,08	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		357,08	0,00
Outros gastos		39.873,78	956,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		100.751,86	151.119,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		92.164,39	91.579,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.587,47	59.539,81
Juros e rendimentos similares obtidos		1.950,79	0,00
Juros e gastos similares suportados		37.518,69	28.325,47

Continua....

8. Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e dar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação, examinou os livros, registos contabilísticos e demais documentação, e obteve da Direção e dos Serviços os esclarecimentos que considerou necessários.

Com base nos elementos disponibilizados e na análise efetuada, o Conselho Fiscal destaca os seguintes aspectos relativos à situação económico-financeira da Associação em 2024:

Em termos económicos, verificou-se uma deterioração significativa da rentabilidade dos Capitais Próprios a passar de 2,01% em 2023 para -1,81% em 2024.

A Margem Operacional Líquida dos serviços prestados sofreu uma redução acentuada de 4,82% para 0,65%.

A Rentabilidade do Ativo Total diminuiu de 2,27% para 0,35%.

A Rotação do Ativo aumentou de 47,01% para 53,04%

Em termos financeiros, observou-se uma ligeira melhoria na Autonomia Financeira, aumentando de 59,05% para 60,32%.

O Endividamento global reduziu de 40,95% para 39,68%.

A Solvabilidade Total melhorou, passando de 144,23% para 152%.

O custo do Capital Alheio aumentou de 2,63% para 3,82%.

O Fundo de Maneio Funcional reduziu significativamente de 138.913,99 para 52.417,39.

Face ao exposto, e tendo em consideração as informações recebidas da Direção e dos Serviços, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
2. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras referentes ao mesmo exercício;

O Conselho Fiscal expressa ainda a sua preocupação com a deterioração significativa da performance económico-financeira da Associação em 2024, recomendando à Direção a implementação urgente de medidas para reverter esta tendência, com foco particular na recuperação das margens operacionais, na otimização da estrutura de custos e na reavaliação da estratégia de financiamento face ao aumento do custo da dívida.

Oliveira de Azeméis, 27 de março de 2025

O Conselho Fiscal,

Assinado por: João Carlos Dias Mesquita
Num. de Identificação: BI06965305
Data: 28-03-2025 09:03:56 +00:00



X *João Carlos Dias Mesquita*

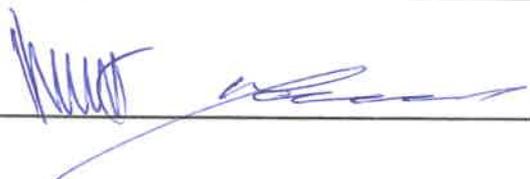
ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501488294

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Resultados antes de impostos		-26.980,43	31.214,34
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-26.980,43	31.214,34



183400704
 25618
Maria Rosário Veríssimo